

O SINPROSP DEFENDE A VIDA

É tempo de planejar a
Educação dos próximos anos.
Sem aulas presenciais em 2020

**#ESCOLAS
FECHADAS**

**#VIDAS
PRESERVADAS**

#VOLTAEM21

Preservar vidas e planejar a educação dos próximos anos

O

Sindicato dos Professores de São Paulo, que representa 60 mil professoras e professores da rede particular da capital, nos diferentes segmentos de ensino, da educação infantil às universidades, é contra a volta das aulas presenciais em 2020.

Ao mais uma vez manifestar publicamente essa posição, numa conversa sempre transparente e honesta com a sociedade, chamamos a atenção para a essência precisa do que defendemos, já que, não raro, interpretações apressadas ou manipulações oportunistas e mesquinhas tentam distorcer a posição do Sindicato: somos contra a reabertura das escolas neste ano. As aulas continuam – aliás, jamais foram interrompidas.

Nesses até aqui seis meses de pandemia e isolamento social, professoras e professores viram-se mergulhados em jornadas ainda mais exaustivas de trabalho, obrigados a rapidamente se adaptar ao ambiente remoto e às ferramentas e plataformas tecnológicas, bancando do próprio bolso equipamentos, redes de internet e energia elétrica, virando madrugadas e atravessando finais de semana para preparar conteúdos que pudessem ser adequados aos novos ambientes, suportando pressões e cobranças de todos os tipos, incluindo invasão da privacidade de suas casas, numa rotina desgastante e marcada por evidentes prejuízos para a saúde física e emocional da categoria.

Ao contrário do que aconteceu com bares, restaurantes, lojas de rua e shopping centers e academias, as escolas particulares da capital (educação básica e universidades) continuaram prestando seus serviços, sem qualquer interrupção, por mínima que fosse, mesmo com as quarentenas. E quem garantiu essa continuidade das atividades escolares foi o trabalho intenso e de muita qualidade de professoras e professores. Nesse período de exceção, é no espaço remoto, portanto, entende o Sindicato, que esse ano letivo deve ser concluído.

Há, no entanto, quem venha a público para anunciar: “estamos prontos e preparados para retomar imediatamente as atividades presenciais”. Supostamente preocupados com acolhidas aos estudantes, verdadeiramente impulsionados pelo lucro e interessados em fazer rodar o negócio da Educação, esses discursos carregam consigo um misto de soberba e irresponsabilidade. Não podemos nos deixar encantar pelos sedutores – e vazios – discursos dos mercadores de promessas. É fundamental convidá-los a sair da ilha da fantasia em que vivem. Afinal, quando tratamos da rede particular de ensino da capital, estamos, de fato, falando de múltiplas e diferentes realidades – e não apenas de um circuito bastante restrito de escolas que atendem segmentos privilegiados da população da cidade.

É preciso reconhecer, com honestidade: são significativas as distâncias – estruturais, de espaço, recursos materiais – que separam colégios de bairros nobres das escolas localizadas nas áreas mais carentes, nas franjas e regiões periféricas da cidade. Todas fazem parte da mesma rede particular de ensino da cidade. Todas têm professoras e professores com os mesmíssimos

direitos, contemplados pela mesma Convenção Coletiva, que continuaram e continuam trabalhando remotamente – e que estarão correndo riscos consideráveis e descabidos, todas e todos, num eventual retorno ao presencial em 2020.

Para que se tenha uma ideia mais apurada dessa fotografia, as informações disponíveis na base de dados do SinproSP revelam que as escolas estão distribuídas geograficamente pela capital da seguinte maneira: 28% na zona Leste, 27% na Sul, 20% na Oeste, 19% na Norte e 6% na área central. Em relação ao tamanho das instituições, 90% delas são pequenas ou médias (com até 50 professoras/professores cada). Trata-se, portanto, de um cenário bastante heterogêneo. É de um individualismo mercantilista atroz dizer que “a volta será opcional, para aquelas que tenham condições”. Essa brecha apenas acentuaria as já existentes desigualdades sociais – registradas, insistimos, no universo heterogêneo da rede privada.

Aliás, perguntar não ofende: será que as chamadas escolas de elite teriam mesmo como garantir a segurança e a saúde de suas professoras e professores, de suas comunidades? A dúvida é legítima. Na prática, a teoria pode ser bem diferente. E, no limite, representar a perda de vidas. Vão arriscar? O SinproSP condena esse comportamento precipitado. Também por uma questão de isonomia, de não privilégios e para não acentuar os abismos sociais, o Sindicato entende e defende que o retorno ao presencial apenas em 2021 deve valer para todas as redes – particular, municipal e estadual -, sem distinções. Manifestamos aqui nossa mais profunda solidariedade às professoras e professores das escolas públicas de São Paulo, parceiras e parceiros nessa jornada.

Autoridades públicas e empresários da educação devem ainda ser lembrados a respeito das condições e exigências imprescindíveis que precisam necessariamente ser contempladas pelos chamados protocolos de retorno. Máscaras e equipamentos de proteção individual (trocados com frequência) terão de ser garantidos a todas e todos que circulam pelas escolas – e bancados, evidentemente, pelas instituições de ensino. Estamos falando também de medidores de temperatura, colunas com álcool gel espalhadas pelos mais diferentes ambientes, aparelhos de desinfecção por raios ultravioleta, crianças sendo levadas de hora em hora aos banheiros para lavagem das mãos, salas

arejadas e com o devido espaçamento entre as carteiras, testagens diárias garantidas para toda a comunidade (os testes, afinal, são registros do instante, e a contaminação pode se dar a qualquer momento).

Todas as salas, laboratórios e auditórios deverão ser transformados em espécies de estúdios sofisticadíssimos de transmissão em tempo real, com equipamentos e tecnologia adequados e redes de internet estáveis e extremamente eficientes (a conexão não pode cair!), para que estudantes que permanecerão em casa possam assistir às aulas. Professoras e professores precisarão de assistentes, claro, para que consigam dar conta simultaneamente do presencial e do remoto. Enquanto um esclarece uma dúvida da aluna ou do aluno em sala, outro anota as perguntas que vão aparecendo no chat. Aquelas e aqueles que pertençam aos diferentes grupos de risco ficarão em suas casas.

Importantíssimo também: estamos falando de higienização rigorosa e permanente de cada um e de todos os ambientes escolares, de salas de isolamento para eventuais casos suspeitos, ambulatórios com profissionais de saúde e recursos para pronto-atendimento, equipe de profissionais da área de Psicologia que possa acolher e dar suporte emocional à comunidade escolar, ambulâncias à disposição para transporte rápido de pacientes e ainda de cuidadosos relatórios, com informações detalhadas de cada uma das escolas, a serem enviados diariamente às autoridades sanitárias da capital – além de planos de saúde garantidos a toda a comunidade escolar, sem exceções. Todas as instituições de ensino da rede particular da capital deverão ser regularmente visitadas e fiscalizadas, com rigor, pelos órgãos responsáveis pela área da Saúde do município.

As escolas particulares, todas elas, pequenas, médias e grandes, das diferentes regiões da cidade, na sua gigantesca heterogeneidade, terão mesmo (realidade concreta, não o mundo dos sonhos e promessas) condições de arcar com todo esse fundamental aparato? E vão transferir as contas desses investimentos vultosos para as mensalidades, mais uma vez onerando as famílias? São outras dúvidas legítimas. Em tempo: não é sensato, tampouco socialmente responsável, apelar novamente para a oratória elitista e excludente do “volta quem tiver condições”. Já tratamos dessa questão – e ela não aceita posturas egoístas e ufanistas.

Nos mais diferentes espaços de debate público, especialistas e pesquisadores de várias áreas do conhecimento (epidemiologia, infectologia, saúde pública e coletiva), embasados por estudos científicos e experiências internacionais e orientados também pelas recomendações feitas pela Organização Mundial de Saúde, têm alertado que o retorno às aulas presenciais só poderá começar a ser esboçado, com muita cautela e serenidade, quando as taxas de contaminação forem reduzidas de forma significativa, permanecendo nesses níveis baixos por semanas, sem variações; além disso, curvas de novos casos e registros de mortes precisariam ser muito menores do que aqueles que o estado e a capital registram no atual estágio da pandemia.

“Todos os países que abriram as escolas com segurança, e a gente tem casos de sucesso e que estão indo bem, mas são países que abriram quando a curva estava caindo, quando a taxa de transmissão estava próxima de zero, com sistemas de monitoramento e de vigilância sanitária muito presentes para constatar e seguir facilmente novos casos, antes que se tornassem surtos. A gente tem condição de fazer isso, uniformemente, no Brasil inteiro? Obvio que não”, avaliou Natalia Pasternak, microbiologista da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Instituto Questão de Ciência, em webinar realizado pelo SinproSP no dia 05 de agosto. (para assistir, na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=nq3xVFIKHd8>).

Num segundo webinar organizado pelo Sindicato, no dia 27 de agosto (vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=Waq2uslaejg>), Miguel Nicoletis, neurocientista, coordenador do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste e listado como candidato ao Prêmio Nobel de Medicina, reforçou esse raciocínio. “São Paulo está num platô instável, variando entre 7 e 15 mil casos, quando a gente tem dados. As mortes em São Paulo estão variando entre 250, 280, 400 e poucas por dia. Isso é um platô instável. Qualquer evento que der uma brecha para o vírus escapar, esse platô vai se transformar numa explosão não linear, exponencial, como aconteceu nos EUA em junho passado. Eles ainda estão vivendo essa explosão. Do ponto de vista médico, epidemiológico e científico, não é o momento de voltar. Não vai fazer diferença nenhuma perder esse ano letivo. Há momentos na vida de todo o país em que você tem que tomar decisões de vida ou morte, e essa é uma delas”.

Ao vetar corretamente até mesmo as atividades opcionais presenciais nas escolas da capital em setembro, a prefeitura de São Paulo apresentou os preocupantes resultados de mais uma etapa do levantamento sorológico que está sendo conduzido pela administração municipal: 69% das alunas e alunos contaminados pelo coronavírus são assintomáticos (são, portanto, “transmissores silenciosos”) e cerca de 25% moram com pessoas idosas (grupo de risco). Para aprender com experiências em curso e fazer a lição de casa: na rede estadual de ensino do Amazonas, primeiro estado do país a retomar as aulas presenciais, ainda no início de agosto, a Fundação de Vigilância da Saúde do estado confirmou que, com apenas três semanas de aulas, 7,6% dos profissionais de educação (mais de 600 trabalhadores e trabalhadoras) testaram positivo para o coronavírus. Em Manaus, capital amazonense, 342 professores e professoras do ensino médio estavam contaminados, depois de quinze dias de escolas reabertas.

Trabalhos científicos recentemente publicados só fazem reforçar a perspectiva do #voltaem21. Estudo conduzido pela Escola Médica de Harvard confirmou que as crianças têm potencial de transmissão do vírus maior que o dos adultos. Pesquisa feita por um consórcio de instituições - Universidade Federal do ABC, Universidade de Bristol (Inglaterra), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Escola de Aviação do Exército (Colômbia) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - revelou que, após três meses com aulas presenciais, e mesmo com a observação dos chamados protocolos de segurança, até 46% dos estudantes e docentes seriam contaminados pelo coronavírus.

Não é por acaso que 79% dos entrevistados pelo Instituto Datafolha em agosto diziam ser contra a reabertura das escolas, por entender que “esse retorno agravaria a pandemia”. Essa tendência foi reforçada por pesquisa realizada pelo Ibope e publicada pelo jornal “O Globo” no dia 7 de setembro: para 72% das brasileiras e brasileiros, “aulas presenciais só devem ser retomadas quando houver vacina contra a Covid-19”. São contundentes manifestações de medo e desconfiança em relação aos discursos do “está tudo bem, podemos voltar”. Os resultados são cristalinos: a imensa maioria das famílias não quer a retomada das atividades presenciais. Essa determinação tem sido inclusive reafirmada por enquetes feitas pelas próprias escolas.

Não menos importante, nos diálogos que estabelece com a sociedade, em sentido mais amplo, e com a categoria que representa, num universo mais próximo, o SinproSP traz à tona também aspectos pedagógicos e emocionais que marcam esse debate – e ajudam a sustentar a defesa do retorno às aulas presenciais apenas em 2021. Numa eventual – e irresponsável, insistimos - volta em outubro, os dois meses e meio restantes seriam absolutamente insuficientes para viabilizar qualquer mínima perspectiva de resgate sério e consistente de projetos pedagógicos.

Com as limitações estabelecidas pelo Plano São Paulo, determinado pelo governo estadual (28 dias na fase amarela, 35% de ocupação máxima nas escolas, possibilidade para as famílias decidirem se os filhos e filhas retornarão ou não), e a depender das logísticas construídas pelas instituições, serão comuns as situações em que estudantes participarão das atividades presenciais em apenas meia dúzia de ocasiões, semanas alternadas, até o final do ano. A escola que encontrarão será um universo controlado pelo medo e pelas proibições, onde a regra exigirá o “não pode, não toque, não chegue perto de mim”, fazendo ampliar as angústias e frustrações de crianças e adolescentes. Essa obsessão por “resgatar conteúdos”, portanto, tem potencial para ser emocional e pedagogicamente ainda mais nefasta. E ignora o longo percurso até aqui sustentado pelo trabalho cotidiano das professoras e professores, nos últimos seis meses.

“Todo esse tempo que foi investido por esses professores na preparação de aula, pelas crianças e adolescentes na frente das telas, dos pais acompanhando em casa, parece que está perdendo o valor, parece que está sendo invalidado por alguns gestores públicos. Quero discutir nessa perspectiva radical, que é o enxugamento desse tempo que foi inventado por nós. Quem diz que 200 dias letivo é o ideal, quem que diz que 800 horas é o mais importante para as crianças e adolescentes? Isso é uma invenção nossa. Então que a gente enxugue, que seja feito um grande pacto curricular nacional. E esse pacto tem que vir do MEC. Porque o que a gente viu até agora foi cada um fazendo o que acha melhor, mas sem uma proposição em nível nacional”, alertou Tatiana Lebedeff, professora da Universidade Federal de Pelotas, no primeiro webinar realizado pelo SinproSP.

Nessa jornada que vem sendo chamada de ‘reabertura responsável’ (com

todas as contradições e erros que devem ser apontados), é absolutamente sensato que a o retorno às aulas presenciais fique mesmo para o final da fila da retomada, em direção ao dito ‘novo normal’. Escolas são, afinal, o ponto de encontro de muitas histórias cruzadas, famílias, trabalhadoras e trabalhadores que moram nos mais diferentes bairros e regiões da cidade, que se deslocam pela capital usando transporte público, transporte escolar, carros particulares. Quando forem reabertas, milhões de adultos e crianças estarão nas ruas e espaços públicos, circulando novamente, diariamente, pela capital.

No atual estágio da pandemia, que não deve retroceder aos padrões recomendados pela OMS até o final do ano, não haverá protocolo de segurança ou discurso de empresário da educação capaz de impedir o avanço imediato e acelerado das curvas de contaminação. As escolas serão obrigadas a dispensar turmas, a respeitar as quarentenas e isolamentos, num processo rápido e cumulativo, que acabará por exigir mais uma vez o fechamento das instituições de ensino. Na ponta final desse caos, as famílias serão novamente obrigadas a correr e replanejar suas rotinas, com as crianças e jovens de volta a suas casas, novo estresse emocional e expectativas frustradas, tudo por conta de um retorno precipitado e pautado por pressões econômicas e políticas, e não por evidências científicas.

Dessa forma, se continuarem a insistir nessa aventura tresloucada de uma reabertura precipitada e irresponsável, os donos de escolas, que inclusive recorreram à Justiça para forçar o retorno já em setembro e tiveram seu pleito negado, vão assumir a responsabilidade pelas mortes que vierem a acontecer? Vão dividir essa responsabilidade com o prefeito e os gestores públicos, que terão oficialmente autorizado essa volta? São perguntas que precisam ser feitas. Da mesma maneira, é preciso refletir com muita profundidade e consciência sobre outro alerta feito por Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, no segundo webinar realizado pelo SinproSP, numa fala tão dolorida quanto necessária: “Nesse retorno, imaginem uma criança que infecta um avô, e esse avô acaba falecendo... O drama maior é o da perda de vidas”.

Temos plena consciência da importância e da função social de uma escola. Sabemos que a sala de aula presencial é o espaço por definição da

sociabilidade e da construção dos saberes livres e críticos. A questão que não pode ser ignorada ou camuflada, no entanto, é que esse espaço transformou-se, em 2020, por conta da pandemia, num universo de muitos riscos e perigos para a saúde e a vida. O SinproSP faz, portanto, um chamamento à sociedade: a hora é de atuar com honestidade e responsabilidade cidadãs, aliviando estresses e angústias de todas e todos envolvidos nesse processo, para começar a pensar, com seriedade e sem atropelos, no planejamento do ano letivo de 2021. Teremos três meses preciosos – outubro, novembro e dezembro –, ainda antes do recesso garantido como direito para professoras e professores da rede privada, para dar conta dessa, aí sim, urgente tarefa.

“Essa crise nos dá uma oportunidade para fazer debates muito interessantes, importantes, inclusive em relação à sociabilidade, ao acolhimento, à empatia, à defesa do ambiente. Refletir a respeito desse crescimento desordenado e sem controle de um sistema que não favorece a vida, mas que favorece o mercado apenas, de olhar a educação não como uma mercadoria, mas como um direito, um direito de cidadania”, reforçou, sugeriu e convidou Marilane Teixeira, economista e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit/Unicamp), quando participou do primeiro webinar organizado pelo Sindicato.

O Sindicato dos Professores de São Paulo reforça seu máximo compromisso humano e civilizatório: vidas devem ser protegidas e preservadas. Conteúdos? Recupera-se depois, com bom planejamento e serenidade. Portanto, temos convicção: aulas presenciais e escolas abertas, só no ano que vem.

Diretoria do SinproSP

Setembro de 2020

**#ESCOLAS
FECHADAS**

**#VIDAS
PRESERVADAS**

#voltaem21

sinicato dos professores de são paulo
Sinpro sp

www.sinprosp.org.br

 /sinprosp

 /sinprosp

 /sinprosp